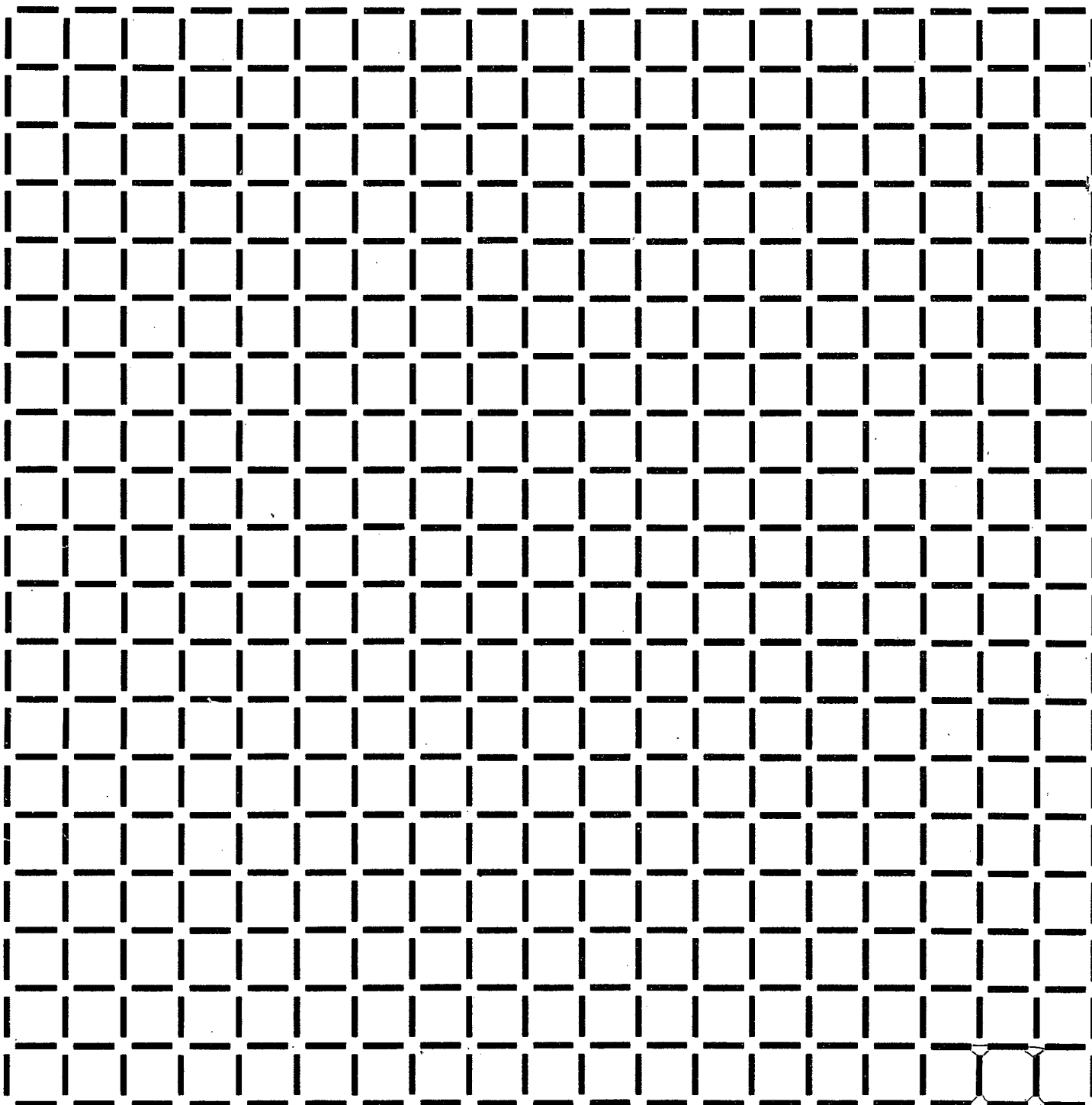


CAPE

*Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior*

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

CAPE - 1986





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES
Ministério da Educação – Anexo I - 4.º andar - Telefones (061) 214-8852 ou 214-8853
Telex (061) 2018 COPN - Caixa Postal 3540 - CEP 70000 - Brasília, DF - Brasil

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 1986

CAPES

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Dr. Jorge Konder Bornhausen

SECRETÁRIO GERAL

Dr. Aloísio de Guimarães Sotero

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Dr. Paulo Elpídio de Menezes Netto

DIRETOR GERAL DA CAPES

Dr. Edson Machado de Sousa

Í N D I C E

1. INTRODUÇÃO
2. A POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO E COORDENAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL
 - 2.1. Acompanhamento e Avaliação da Pós-Graduação
 - 2.2. Coordenação do Sistema Nacional de Pós-Graduação
3. FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
 - 3.1. Bolsas de Estudos no País
 - 3.2. Bolsas de Estudos no Exterior
4. AÇÕES DE FOMENTO
 - 4.1. Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PADCT
 - 4.2. Subprograma de Educação para Ciências do PADCT
 - 4.3. Programa de Apoio Pedagógico aos Profissionais da Saúde - PAPPS
 - 4.4. Programa de Cooperação Internacional
5. ESTUDOS E PESQUISAS
 - 5.1. Programa de Avaliação da Reforma Universitária
 - 5.2. Projeto CAPES/PNUD
 - 5.3. Estudos
6. SERVIÇOS
7. METAS E AVALIAÇÃO
 - 7.1. Avaliação de Fomento
 - 7.2. Atividades de Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Pós-Graduação
 - 7.3. Bolsas no Exterior
 - 7.4. Cooperação Internacional
 - 7.5. Programas Especiais
 - 7.6. Bolsas no País

ANEXOS :

- . III Plano Nacional de Pós-Graduação - III PNPG.
- . Plano de Metas para a Formação de Recursos Humanos e Desenvolvimento Científico (1986/1989).
- . Medidas de Disponibilidade/Congestionamento dos Cursos de Pós-Graduação, por Instituição.
- . Modelo para Formação de Nível Superior no Brasil.
- . Formação de Recursos Humanos na área de Informática.

Capítulo I

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A primeira metade do exercício de 1986 caracterizou-se pela implantação do plano de estabilização econômica. O principal reflexo do "Plano Cruzado" sobre as atividades da CAPES foi o atraso observado na definição do orçamento base para 1986 e na definição do correspondente orçamento suplementar. Os programas mais atingidos com esses atrasos foram os de bolsas no exterior e os de fomento. O ajustamento ao plano econômico exigiu um enorme esforço para adaptação dos convênios de assistência financeira à nova moeda, uma vez que, por ter operado eficientemente, a CAPES já havia firmado um grande número de convênios nos dois primeiros meses do ano. Por outro lado, os benefícios resultantes do plano compensaram bastante este esforço, principalmente pela facilidade de dimensionamento dos apoios financeiros, livres agora das previsões de inflação. Merece destaque a influência benéfica do plano sobre o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PADCT - que operava, em princípio, realizando correções dos erros de previsão inflacionária, exigindo o estabelecimento periódico de novos convênios para os mesmos projetos.

No que se refere à estrutura organizacional destaca-se a criação do Conselho Técnico Científico da CAPES - CTC, através do Decreto nº 92.642 de 12 de maio de 1986 que objetivou a formalização das atividades de assessoramento científico que vinham sendo desempenhadas pelos presidentes das comissões de consultores científicos. Ainda, com respeito à sua própria organização administrativa, a CAPES continua ressentindo-se fortemente por não ter conseguido a aprovação de seu quadro de pessoal, dificultando o recrutamento de técnicos qualificados. Esta carência para o desempenho harmônico de suas responsabilidades, só tem sido compensada pela grande dedicação e esforço de seus servidores.

Entretanto, a política da CAPES continua sendo a de desenvolver competência nas suas atividades de coordenação utilizando-se de especialistas da comunidade científica, isto é, desenvolver a habilidade de localizar os melhores consultores e mobilizá-los em todas as atividades que requeiram qualificação científica. Desse modo, a CAPES tem-se mantido pequena, racional e organizada, mobilizando o que há de melhor na comunidade científica nacional, razão pela qual tem merecido o reconhecimento dessa mesma comunidade.

Durante a primeira metade deste exercício, continuou muito intensa a participação da CAPES em comissões, internas e externas ao MEC, nas atividades de processamento e divulgação de informações, de preparação de dados e de proposições relacionadas com a política de pesquisa e de pós-graduação.

Ressalta-se que os recursos humanos e materiais disponíveis para a área de Informática têm sido insuficientes e utilizados além de limites recomendáveis, ameaçando perigosamente o colapso destas atividades na CAPES.

Também, merece destaque a conclusão da proposta final do III Plano Nacional de Pós-Graduação, o III PNPG, e a sua aprovação através do Decreto nº 93.668, de 9 de dezembro de 1986, bem como a elaboração do Plano de Metas para a Formação de Recursos Humanos e Desenvolvimento Científico (1987/1989).

Finalmente, cumpre referir que continuam insuficientes os recursos alocados no orçamento para as atividades meio, razão pela qual a CAPES pleiteou suplementação. As atividades registradas no presente relatório foram agrupadas conforme suas naturezas e funções, nas seguintes categorias: Política e Coordenação do Sistema Nacional de Pós-Graduação, Formação de Recursos Humanos, Manutenção da Pós-Graduação, Estudos, Pesquisas e Serviços.

No último capítulo, conforme orientação da Secretaria Geral, são sumariamente apresentadas as metas físicas e financeiras e a avaliação dos resultados.

Capítulo II

A POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO E COORDENAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

2. A POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO E COORDENAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL

O término de vigência do II Plano Nacional de Pós-Graduação e o início de um novo governo impuzeram a elaboração de um novo plano para estabelecer a política nacional de pós-graduação para os próximos quatro anos. Sendo a CAPES responsável pela elaboração, execução e acompanhamento do PNPG, iniciou em 1985 os trabalhos preparatórios deste, tendo-o concluído no primeiro semestre de 1986. O processo de planejamento para elaboração do III PNPG foi iniciado a partir de uma reunião dos Presidentes de Comissões de Consultores Científicos da CAPES. Nesta reunião e em outras que se seguiram, os presidentes estabeleceram os mecanismos que deveriam ser acionados para elaboração do III Plano. Coerentemente com a tradição e com a política atual do MEC, foram enviados mais de 1600 documentos contendo informações e solicitações de sugestões para composição do plano. Estes subsídios que resumiram as argumentações contidas em outros documentos recentes sobre a situação da pesquisa e da pós-graduação foram enviados para todas as coordenações de cursos de pós-graduação, Pró-Reitorias de Pós-Graduação e Pesquisa, Sociedades Científicas, Associações de Pós-Graduação e Pós-Graduandos, órgãos de governo e a indivíduos. As contribuições obtidas através deste processo de consulta e dos debates que ocorreram a nível nacional promovidos pelo MEC e pelo MCT, foram tabuladas e organizadas pela CAPES para subsidiar a elaboração do Plano.

Como resultado dos trabalhos desenvolvidos pelos Presidentes de Comissões da CAPES foi elaborada a proposta final do III PNPG, que se concentrou nas seguintes linhas: consolidação e institucionalização da pós-graduação, expansão da base científica nacional e aperfeiçoamento em todos os níveis da infraestrutura e dos serviços de apoio às atividades de pesquisa e pós-graduação. No decorrer do segundo semestre do presente exercício, a proposta foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da CAPES, pelo Exmo. Sr. Ministro da Educação e pelo Exmo. Sr. Presidente da República. Considerando que o III PNPG determi-

nará as orientações mais gerais que deverão reger a atuação de todas as agências governamentais de fomento à pós-graduação, evidenciou-se a necessidade de elaboração de um Plano de Metas que orientasse as atividades da CAPES e de outros órgãos para ações operacionais específicas para cada área ou subárea do conhecimento. Assim é que a CAPES também iniciou a preparação de material informativo, suficiente para promover nos seus diversos colegiados e nos de outras agências, a coleta de recomendações específicas para cada área do conhecimento que orientem as suas ações para os próximos anos. Das informações coletadas e dos estudos efetuados resultou o Plano de Metas para Formação de Recursos Humanos e Desenvolvimento Científico (1987/1989).

2.1. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

O sistema de avaliação dos cursos de pós-graduação tem por objetivo o acompanhamento sistemático e a caracterização da evolução das atividades de pesquisa e de pós-graduação nas instituições universitárias e nas diferentes áreas e subáreas do conhecimento.

Implantado em 1976, tem constantemente evoluído e sido aperfeiçoado a partir da experiência dos funcionários da CAPES, que o coordenam, utilizam e operam, e das sugestões e contribuições dos consultores, coordenadores dos grupos avaliados e de membros da comunidade científica em geral.

Em 1983 foi introduzida uma importante modificação no sistema de avaliação, alterando-se a sua periodicidade de anual para bienal.

Esta modificação provocou uma fase de transição, levando a uma alternância anual das áreas e subáreas avaliadas, cujo ciclo se completou pela primeira vez, no exercício de 1985, iniciando-se um novo ciclo a partir do segundo semestre de 1986.

2.2. COORDENAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

Além das atividades do GTC e do Acompanhamento e Avaliação dos cursos de pós-graduação, a CAPES, durante o ano de 1986, participou de diversas outras comissões relacionadas com a coordenação do sistema nacional de pós-graduação.

Funcionou, da parte do MEC, como Secretaria Executiva da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, discutindo assuntos de interesse comum dos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia. Iniciaram-se no âmbito desta comissão as discussões e os estudos relativos à institucionalização da pesquisa e da pós-graduação e também sobre o aperfeiçoamento da infra-estrutura e dos serviços de apoio às atividades de C&T. Coordenou, juntamente com a SESu e por solicitação do Ministério da Ciência e Tecnologia, o grupo de estudos encarregado da avaliação dos perfis profissionais na área de Informática.

A CAPES também participou da Comissão Transitória do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PADCT, do colegiado da Secretaria Executiva e dos dez grupos técnicos deste programa. Neste particular, supervisionou todas as atividades de planejamento e execução relacionadas com a pós-graduação e com a formação de recursos humanos do programa.

Administrou em coordenação com a EMBRAPA, EBTU, SEMA e ITAMARATY programas especiais de formação de recursos humanos do programa.

Vale destacar a interação da CAPES com as sociedades científicas em geral e com as Associações de Pós-Graduação, tendo participado de diversas reuniões.

Através das reuniões dos presidentes de área e da atuação dos próprios presidentes, coordenou atividades específicas para as áreas do conhecimento. No sentido de formalizar a atuação dos presidentes das comissões de consultores e por proposição da CAPES, o Exmo. Sr. Presidente da República, criou o Conselho Técnico Científico através do Decreto nº 92.642, de 12 de maio de 1986.

Grupo Técnico Consultivo (GTC)

Implantado em 1983, o GTC desempenha funções de assessoramento junto ao Conselho Deliberativo da CAPES, atende a atual sistemática do CFE de processos de credenciamento e reconhecimentos de cursos de pós-graduação, discute os documentos de avaliação, examina propostas de criação de novos cursos e coordena atividades interagenciais relativas à pós-graduação. Congrega, sob a coordenação da CAPES, representantes do CNPq, FINEP, FAPESP, STI/MIC e EMBRAPA.

Capítulo III

FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

3. FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

3.1. BOLSAS DE ESTUDOS NO PAÍS

Para estimular a qualificação de recursos humanos de alto nível e viabilizar a realização de cursos de pós-graduação no país, a CAPES concede bolsas de estudos através de dois programas: Demanda Social e Programa Institucional de Capacitação de Docentes (PICD).

PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL

- . As bolsas do Programa de Demanda Social são distribuídas na forma de quotas aos cursos de mestrado e doutorado considerados de melhor nível pela consultoria científica da CAPES. Após a distribuição das quotas, as coordenações dos cursos contemplados selecionam - segundo seus próprios critérios - os candidatos mais aptos para se beneficiarem das bolsas de estudos recebidas, desde que a dedicação integral ao curso esteja assegurada e com a proibição de conceder bolsas a docentes da própria instituição.
- . As bolsas do Programa possuem duas fases: a primeira, de 18 meses para mestrado e 24 para doutorado; a segunda, com duração definida pela coordenação do curso, em função do tempo necessário para conclusão do projeto de dissertação ou tese (cuja aprovação é condição para ingressar na fase).

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE CAPACITAÇÃO DE DOCENTES (PICD)

- . O PICD consiste num programa de bolsas de estudos destinadas a docentes universitários, visando sua formação acadêmica nos melhores cursos de mestrado e doutorado do País. O Programa envolve quase todas as universidades brasileiras e diversas escolas isoladas.

- Em função dos planos de ação, enviados anualmente à CAPES com especificação das prioridades para capacitação docente, as instituições recebem uma quota de bolsas de estudos para que os docentes por ela indicados, uma vez aprovados no processo de seleção, possam realizar seus estudos pós-graduados nos cursos recomendados pela CAPES. Para que a bolsa seja concedida, é exigido dos bolsistas dedicação integral ao curso e fixação de residência na localidade de destino.
- A bolsa concedida através do PICD divide-se em duas fases: a primeira, de 18 meses para mestrado e 24 para doutorado; a segunda, com duração definida pela coordenação do curso, em função do tempo necessário para conclusão do projeto de dissertação ou tese (cuja aprovação é condição para ingresso na fase), obedecendo-se a um prazo máximo de 24 meses para doutorado e de 18 meses para mestrado (cada área do conhecimento possui um limite específico estabelecido pelas respectivas comissões de consultores). Além das modalidades de mestrado e doutorado, o PICD ainda permite a realização de cursos de especialização desde que o candidato seja docente.

3.2. BOLSAS DE ESTUDOS NO EXTERIOR

A CAPES concede bolsas de estudos no exterior prioritariamente para doutorado e pós-doutorado e só excepcionalmente para mestrado e especialização.

Os bolsistas são selecionados pelas comissões de consultores de cada subárea, através de um processo aberto e competitivo baseado em concurso de mérito. Os critérios de julgamento envolvem, dentre outros, o desempenho acadêmico do candidato, a análise do plano de trabalho, as necessidades do país, as condições de realização do cur

so no Brasil e a excelência da instituição escolhida para treinamento. A aprovação final dos bolsistas é decidida pelo Conselho Deliberativo a partir das recomendações das comissões de consultores.

Capítulo IV

AÇÕES DE FOMENTO

4. AÇÕES DE FOMENTO

As ações de fomento à pós-graduação, administradas pela Coordenação de Estudos e Fomento (CEF), têm por objetivo apoiar os cursos na manutenção de sua infraestrutura básica ou na sua própria consolidação, bem como na realização de reuniões científicas, na edição de periódicos representativos das diversas áreas do conhecimento e nas operações do sistema de Comutação Bibliográfica (COMUT).

Auxilia também as instituições acadêmicas a completarem a contrapartida nacional em programas de cooperação internacional, e, a institucionalizar as Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação.

Além disso, apoia a realização de cursos de pós-graduação lato sensu a nível de aperfeiçoamento e especialização.

4.1. PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Em 1984, foi instituído pelo governo federal o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), composto dos seguintes subprogramas: Biotecnologia, Química e Engenharia Química, Geociências e Tecnologia Mineral, Informação em Ciência e Tecnologia, Instrumentação, Educação para Ciências, Manutenção, Provisão de Insumos Essenciais e Tecnologia Industrial Básica.

Na divisão das tarefas do PADCT entre o CNPq, a FINEP, a STI/MIC e a CAPES, coube a esta última a supervisão e o financiamento dos projetos e atividades do subprograma de Educação para Ciências, bem como toda a parte de apoio à Formação e Capacitação de Recursos Humanos concernentes a projetos no âmbito dos outros subprogramas.

4.2. SUBPROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA CIÊNCIAS DO PADCT

Em 1983, a CAPES criou e iniciou a implementação do "Projeto para a Melhoria do Ensino de Ciências e Matemática" o qual veio a se incorporar ao PADCT, passando a constituir o Subprograma de Educação para Ciências.

Este Subprograma visa promover a melhoria do ensino das ciências e da matemática, prioritariamente nas escolas de 1º grau, através de:

- . capacitação de recursos humanos em exercício nos sistemas de ensino;
- . aperfeiçoamento dos programas de formação de professores (licenciaturas e cursos de formação de magistério);
- . melhoria dos currículos, das metodologias de ensino e dos materiais instrucionais e sua disseminação.

Além da melhoria do ensino em si, o Subprograma tem por objetivo ampliar o acesso da comunidade ao conhecimento científico e seu uso, através de atividades de divulgação e experimentação, abertas a escolas, professores e ao público.

4.3. PROGRAMA DE APOIO PEDAGÓGICO AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE (PAPPS)

O "Programa de Apoio Pedagógico aos Profissionais da Saúde" (PAPPS) é o resultado de um Acordo entre o Ministério da Educação e Cultura, através da CAPES, a Fundação W.K. KELLOGG e algumas Universidades Brasileiras. O Acordo recebe apoio de todas as Associações de Ensino da Área de Saúde (Medicina, Enfermagem, Odontologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Farmácia, Bioquímica, Saúde Coletiva).

É um Programa marcadamente interprofissional e interinstitucional que visa a criação de um consórcio entre as instituições das diferentes regiões do Brasil a fim de promover o treinamento de docentes e profissionais dos serviços de saúde, e de estimular, através da integração das atividades docente-assistenciais, a procura de novos modelos de prestação de serviços a nível local e regional.

Coerente com seus objetivos de promover o intercâmbio interinstitucional de experiências e o desenvolvimento de um trabalho de cooperação que evite a duplicação de ações e de recursos para o mesmo fim, o PAPPS está colaborando com as "Ações Integradas da Saúde", que envolvem os Ministérios da Previdência e Assistência Social, Saúde e Educação.

Vale ressaltar, também, que o PAPPS tem apoiado, técnica e financeiramente, o Projeto de Avaliação dos Cursos de Graduação da Área da Saúde das Instituições do Norte e do Nordeste, sob a responsabilidade dos Pró-Reitores de Graduação dessas duas regiões. Foi elaborado, pelos consultores do Programa, o Modelo de Avaliação do Programa e seus respectivos instrumentos.

Com a finalidade de apoiar os diversos Centros Regionais no desenvolvimento de suas atividades, a Coordenação Geral do PAPPS (a cargo da CAPES) oferece uma série de serviços como promoção de reuniões, consultorias, assessoria para seleção e instalação de equipamento de tecnologia instrucional, tradução dos módulos TIPS (Teaching Improvement Project System for Health Care Educators), da Universidade de Kentucky, e edição do Informe PAPPS.

A primeira fase do PAPPS foi concluída no início de 1986 e uma segunda fase foi iniciada, já tendo sido firmado um novo convênio por mais um período de 2 anos.

4.4. PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

a) PROGRAMA DE ESTUDANTES - CONVÊNIO (PEC)

O PEC - Programa de Estudantes-Convênio é uma atividade com estudantes de graduação que pertencem à CODEAI/SESu, e foi incorporada à CAPES em 1981. O Programa tem como base um acordo entre o MEC e MRE, decorrente dos Acordos Culturais do Brasil com a América Latina e com a África. O Brasil coloca à disposição dos países com os quais mantém o acordo, um determinado número de vagas nos cursos de graduação.

O trabalho principal da CAPES/CCI neste Programa é:

- . elaborar, com base em consulta prévia, o quadro de vagas;
- . encaminhar às IES a relação dos alunos;
- . acompanhar alterações;
- . acompanhar, controlar e avaliar o desempenho acadêmico do estudante estrangeiro.

Procede-se neste momento a algumas modificações, como:

- . revisão do Protocolo que iniciou grandes modificações de âmbito acadêmico, assim como, dos exames de seleção por parte do MRE;
- . Informatizando o Programa em suas etapas:
 - a) organizando os dados gerenciais (Quadro de alunos por país e nas IES);
 - b) organizando o quadro de alunos estrangeiros nas IES, objetivando seu acompanhamento através de um cadastro atualizado;

- c) acompanhando os estudantes estrangeiros durante o tempo que estudam no Brasil, no tocante ao controle de afastamento, abandono de curso, jubilamento e demais eventos de natureza semelhante, que ao acontecerem devem, obrigatoriamente, provocar a saída do estudante do Programa e do Brasil;
- d) fornecendo listagens gerenciais e estatísticas sobre o desempenho do Programa nas diversas IES do país;
- e) agilizando e aperfeiçoando o gerenciamento do Programa, assim como o fluxo de informações entre a CAPES/CCI e o órgão competente do MRE.

b) PROGRAMA MATRÍCULA CORTESIA

O Programa de Matrícula Cortesia é um Programa que permite aos alunos pertencentes às famílias de Diplomatas, terem suas matrículas garantidas para os estudos universitários nas IES que se localizam onde o diplomata está servido ou em outras instituições do país.

c) ACORDOS BILATERAIS

O Acordo CAPES/DAAD é implementado através de ações de:

- . pagamento de passagem dos bolsistas do DAAD;
- . intercâmbio de professores visitantes;
- . bolsas de curta duração;
- . participação na pré-seleção de candidatos a doutorado na RFA;
- . ações rotineiras do intercâmbio.

Para operacionalização do Convênio CAPES/DAAD estamos definindo com aquele órgão, os seguintes pontos:

- . bolsas para tradutores;
- . bolsas de curta duração;
- . aumento do intercâmbio entre professores;
- . intercâmbio de docentes dentro do Projeto Nordeste;
- . participação da CAPES nas bolsas da Fundação KRUPP.

O Acordo Básico de Cooperação Interuniversitária Brasil/França (conhecido como Acordo CAPES/COFIECCUE) foi assinado em 5 de outubro de 1978, por ocasião da visita do Presidente Giscard d'Estaing ao Brasil.

A assinatura desse Acordo veio formalizar, por um lado, a preocupação da CAPES de obter para seus bolsistas na França condições ideais em suas atividades acadêmicas e, por outro lado, o desejo, tanto das autoridades brasileiras como das autoridades francesas, de estreitamento dos laços culturais e científicos entre os dois países.

As proposições formuladas no documento procuravam fixar os contornos de uma cooperação técnica e científica, capaz de assegurar condições mútuas de eficiência administrativa e de intercâmbio para o desenvolvimento de projetos, que englobassem pesquisa e treinamento de recursos humanos de maneira integrada, levando-se em consideração o Acordo Cultural Brasil/França de dezembro de 1948 e o Acordo de Cooperação Científica e Técnica de janeiro de 1967.

As atividades previstas no Acordo são implementadas através das seguintes ações:

- a) intercâmbio de missões de identificação para análise das condições de realização das propostas de pesquisas conjuntas, previamente examinadas por ambas as partes;
- b) intercâmbio de missões de ensino e pesquisa, de docentes e de pesquisadores, para desenvolvi-mento de atividades acordadas nas missões de identificação e nas programações subsequentes;
- c) envio de bolsistas, em missões de estudo de aperfeiçoamento, pós-doutorado e para obtenção de títulos acadêmicos;
- d) publicação de trabalhos relacionados às pesquias conjuntas efetuadas no âmbito deste Ajuste; troca de publicações de interesse das partes ; publicação, em português, de trabalhos relacionados com as teses dos estudantes beneficiarios;
- e) intercâmbio de missões de avaliação;
- f) fornecimento às universidades brasileiras, pelo governo francês, de livros e documentos, bem como de equipamentos específicos, indispensá-veis à realização de pesquisas conjuntas.

Encontra-se em fase de detalhamento um projeto de cooperação com a Universidade da República do Uruguai, apoiando projetos de cooperação com as IES do sul do país.

As ações compreendem: bolsas de estudo, intercâmbio de professores e assessoramento à U.R. na implantação de um Programa Institucional de Capacitação de Docentes.

O custo do projeto dependerá do número de bolsas efetivamente aplicado e dos recursos que a OEA alocará para a cooperação técnica com aquele país.

A cooperação com Portugal vinha ocorrendo através do MRE com base no número de bolsas colocadas à disposição de acordo com as decisões da Comissão Mista entre os dois países. Na última reunião, em julho de 1986, a CAPES/CCI / se fez presente em Portugal, onde ficaram ajustados os seguintes programas:

- . ampliação do número de bolsas a serem concedidas por via diplomática;
- . estabelecimento das bases para convênio entre a CAPES e ICALP (Instituto de Cultura, Artes e Língua Portuguesa);
- . estabelecimento das bases para convênio entre CAPES e INIC (Instituto Nacional de Investigação Científica);

NOTA: O INIC é o equivalente à CAPES no Brasil.

O convênio com o ICALP deverá ser celebrado com a visita do seu Presidente ao Bra

sil. Um convênio CAPES/ICALP será de grande valor devido ao envolvimento das Universidades dos países de fala portuguesa na perspectiva da unificação ortográfica.

A cooperação com a Grã-Bretanha está apoiada em um projeto de "Língua e Literatura Inglesa" que terá a participação da Universidade de Birmingham e várias universidades brasileiras. O projeto de verã ser colocado em execução ainda este ano. Com relação às outras áreas de cooperação com aquele país, é um assunto que a CCI está estudando.

A cooperação com países africanos tem ocorrido a nível de PEC e PEC/PG.

d) COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL

A aprovação de um projeto de Cooperação Técnica envolve a Instituição que elabora a proposta, a SEAI, a CAPES/CCI, a SUBIN, o MRE do lado brasileiro e talvez outros órgãos equivalentes no país que se busca o acordo. O tempo de definição de uma proposta varia de seis meses até quatro anos como é o caso de alguns projetos com países do Oriente.

A participação da CAPES no circuito ocorre em dois momentos:

- 1º. na avaliação. - com apoio de consultores - da proposta encaminhada pela IES via SEAI;
- 2º. Acompanhamento técnico-científico da proposta (o acompanhamento político-administrativo é feito pela SEAI).

Capítulo V

ESTUDOS E PESQUISAS

5. ESTUDOS E PESQUISAS

5.1. PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA

Em decorrência de vários questionamentos a nível acadêmico e em consonância com o Grupo de Trabalho criado pelo Ministério da Educação, o Conselho Federal de Educação constituiu uma Comissão de Coordenação com a finalidade de avaliar a Reforma Universitária e propor alternativas para a educação superior.

O objetivo desse esforço comum de reflexão é formular uma avaliação - completa em sua abrangência e profunda em suas implicações - das condições em que se realizam as atividades de produção e disseminação do conhecimento nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, visando identificar alternativas concretas de transformação dessas condições.

Para viabilizar o desejável envolvimento da comunidade acadêmica e de outros setores, foi concebido um Programa de Avaliação da Reforma Universitária com o apoio financeiro da FINEP, CAPES, SESu e CNPq e implementação a cargo da CAPES, que para tal criou o Grupo Gestor da Pesquisa com a atribuição de coordenar e integrar os resultados dos estudos e debates propostos.

A execução do Programa foi estruturada em quatro etapas, interdependentes e com várias interseções, no intuito de possibilitar, em curto espaço de tempo, a conclusão de um empreendimento de tal magnitude. Na primeira etapa, em fase de conclusão, pretendeu-se realizar o levantamento e a análise da realidade da educação superior brasileira, incluindo uma avaliação da implantação e dos efeitos da Lei nº 5.540/68.

Nesta etapa foram executados dois tipos de estudo. O primeiro, chamado "ESTUDO-BASE", envolveu 32 IES de todo o País e permitirá uma visão das reais condições nas quais se realizam as atividades de produção e disseminação do conhecimento do sistema de educação superior. Foram constituídas equipes locais em cada IES da amostra e elaborados, com a colaboração destas, questionários para professores e alunos e roteiros de entrevistas de dirigentes num total de 10 (dez). Foram colhidos dados estatísticos e feita uma análise histórica em cada IES. Estes dados foram analisados, primeiramente, pelas equipes e estão sendo analisados a nível de Brasil pelo Grupo Gestor de Pesquisa.

Uma série de estudos específicos (23 ao todo) sobre temas importantes estão em fase de conclusão. Dentre estes estudos de caso, análise de dados secundários, como por exemplo o financiamento do Ensino Superior, e pesquisas sobre o "estado da arte" do conhecimento sobre determinado tema, como por exemplo o vestibular.

Na segunda etapa, atualmente em andamento, faz-se uma apreciação dos achados da etapa anterior, agrupando as questões em temas de maior abrangência e incorporando alternativas e sugestões. Já foram produzidos dois documentos desta etapa, um sobre a relação pesquisa-ensino nas IES e outro sobre o Poder e Tomada de Decisão nas IES. Estão em fase de elaboração textos sobre os cursos noturnos e o regime de créditos - matrícula por disciplina.

Os documentos produzidos na segunda etapa serão debatidos em âmbito nacional nas Instituições de Ensino Superior, nas Associações e grupos envolvidos e na sociedade em geral. Os subsídios advindos desses debates formarão o produto da terceira etapa.

Por fim, na quarta e última etapa, com a colaboração de especialistas e a assessoria do Grupo Gestor da Pesquisa, será consolidada uma avaliação da Reforma Universitária e se definirão propostas para o desenvolvimento do sistema e educação superior a serem encaminhadas ao Conselho Federal de Educação.

5.2. PROJETO CAPES/PNUD

A CAPES está realizando para a UNESCO a avaliação dos centros de pós-graduação em dez países considerados os menos procurados por estudantes de mestrado e doutorado do Terceiro Mundo. O objetivo do Projeto é criar um quadro de informações qualificadas sobre ensino superior, especialmente ao nível de pós-graduação, de forma a oferecer um conhecimento preciso e qualitativo das melhores instituições dos países estudados. Durante o ano de 1983 foram realizadas reuniões com os consultores internacionais: o documento original foi modificado, além da elaboração do texto sobre "Orientação para Coleta de Dados", e foram definidas as orientações para as atividades a serem desenvolvidas em 1984 e 1985. O projeto, orçado em pouco mais de 300 mil dólares, tem sido financiado pelas Nações Unidas através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Em novembro de 1983 foram realizadas as reuniões de contato com os coordenadores nacionais nos seguintes países: Suécia, Holanda, Bélgica, Suíça e Espanha. Como consequência dessas reuniões, os coordenadores foram contratados pela UNESCO, no ano de 1984.

Em maio de 1984, foram concluídas essas reuniões com os coordenadores de Israel, Austrália e Japão, sendo os respectivos contratos efetuados em seguida.

A partir dos contratos, os coordenadores passaram a trabalhar no ajustamento dos questionários e no desenvolvimento da seleção de áreas de identificação de especialistas.

Durante o primeiro semestre de 1986 foram realizadas as missões de consultores da CAPES ao Japão, Israel, Bélgica, Holanda e Suécia, conforme previsto no projeto. Os relatórios das missões estão sendo concluídos. A montagem de um sistema de informação sobre a pesquisa e a pós-graduação naqueles países foi concluída em novembro de 1986.

5.3. ESTUDOS

Durante o final de 1985 a CAPES iniciou o desenvolvimento de estudos para determinar as necessidades de Formação de Pessoal de Nível Superior para os próximos vinte anos. Um levantamento completo sobre a situação da pós-graduação foi continuado em 1986, no sentido de se obter recomendações da comunidade científica para subsidiar a elaboração do III Plano Nacional de Pós-Graduação e do Plano de Metas da CAPES para os próximos quatro anos. Propostas específicas para cada subárea do conhecimento foram submetidas à comunidade científica para orientar a ação da CAPES. Para isto, um estudo analítico dos dados da "Memória da Pós-Graduação" foi também iniciado em 1986. Este estudo envolveu a análise de quarenta indicadores que foram processados pela Coordenação de Acompanhamento e Avaliação da CAPES.

Um outro estudo, que certamente levará à reformulação do PET, Programa Especial de Treinamento, foi elaborado com base na pesquisa realizada pela Coordenadoria de Treinamento.

Uma proposta de criação de uma bolsa a título de incentivo à produção acadêmica foi estudada e proposta. Finalmente foi concluído no primeiro semestre de 1986 o Plano Diretor de Informática da CAPES, sob a coordenação da SEINF/MEC.

Capítulo VI

S E R V I Ç O S

6. SERVIÇOS

Além dos serviços de estatística, de processamento de dados e informações, dois serviços prestados pela CAPES, merecem atenção: o COMUT - Programa de Comutação Bibliográfica, do qual a CAPES é a Secretaria Executiva, e o Serviço de Orientação para candidatos a Treinamento no Exterior.

No que se refere ao COMUT, foi elaborado juntamente com a SESu um Programa de Apoio a Bibliotecas Universitárias que conjuga o COMUT com o Programa de Aquisição Planificada, que deverá ampliar significativamente as atividades e a importância deste serviço.

A CAPES tem operado um serviço de orientação aos candidatos a bolsas no exterior, fornecendo informações sobre os programas e linhas de pesquisa desenvolvidos em Instituições Estrangeiras.

Capítulo VII

METAS E AVALIAÇÃO

7. METAS E AVALIAÇÃO

7.1. AVALIAÇÃO DE FOMENTO

a) PROGRAMA DE APOIO À MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

META: Apoiar 460 cursos de pós-graduação

AVALIAÇÃO: A meta estabelecida foi integralmente cumprida no primeiro semestre do exercício. Entretanto, para alcançar seu regime permanente, conforme inicialmente planejado desde a sua criação, este programa necessitou de suplementação de recursos ainda neste exercício, da ordem de Cz\$ 90 milhões, cuja obtenção foi objeto de gestões da CAPES junto a Secretaria Geral do MEC. Ao final do exercício foi obtida uma suplementação de Cz\$ 50 milhões.

b) PROGRAMA DE "CONSOLIDAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO"

META: Apoiar 150 cursos em fase de consolidação.

AVALIAÇÃO: No exercício foram apoiados os 150 cursos conforme a previsão feita.

c) PROGRAMA "FOMENTO À PÓS-GRADUAÇÃO"

META: Apoiar 70 instituições acadêmicas.

AVALIAÇÃO: Este programa apoia as instituições continuamente ao longo do exercício. A meta alcançada envolveu apoio a 78 instituições.

d) PROGRAMA DE "VISITANTES ESTRANGEIROS" (PVE)

META: Não há meta física estabelecida. Os julgamentos e as concessões se dão ao longo de todo o ano com base no mérito das propostas. O número de concessões é função do orçamento do programa.

AVALIAÇÃO: Houve um significativo aumento de demanda por parte das IES. O orçamento previsto para este programa foi integralmente comprometido na primeira metade do exercício. No exercício houve a concessão de 88 passagens internacionais, beneficiando 39 instituições.

e) PROGRAMA DE "VISITANTES NACIONAIS" (PVN)

META: Analogamente ao PVE, este programa não estabelece metas físicas anuais. Da mesma forma as concessões ocorrem continuamente ao longo do ano com base no mérito das propostas e dentro do orçamento de Fomento. No período houve uma concessão de 227 passagens beneficiando 43 instituições.

f) PROGRAMA DE "APOIO AOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO"

META: Apoiar 112 cursos lato sensu

AVALIAÇÃO: No período foram apoiados 227 cursos. Houve um crescimento muito grande de demanda o que implicou na necessidade de reforço deste programa para 1987.

g) SITUAÇÃO FINANCEIRA PARA COBERTURA DAS ATIVIDADES DE FOMENTO

Em Cruzados

Dispêndios	Previsto	Realizado
"Infra-Estrutura"	92.057.100,00	53.623.669,00
"Consolidação"		6.509.459,00
"Fomento"	5.000.000,00	1.323.212,00
"PVE"	875.000,00	875.000,00
"PVN"		145.000,00
"Curso de Especiali zação"	9.520.000,00	4.760.000,00
"Bolsas Especializa ção"	3.510.000,00	1.755.000,00

7.2. ATIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

a) Projeto "Memória da Pós-Graduação"

- . Reorganização do Cadastro de Consultores da CAPES/CAA, tendo em vista sua inserção em microcomputador. O desenho de software e outros estudos implicaram em gastos de consultoria na ordem de Cz\$ 5.000,00.
- . Início de estudo sistemático da produtividade científica da pós-graduação brasileira, por área e subárea do conhecimento, bem como levantamento de críticas, sugestões, observações referentes ao Sistema de Acompanhamento e Avaliação dos programas. Este trabalho tem sido feito com base nos trabalhos disponíveis na "Memória da Pós-Graduação Brasileira".
- . Início do levantamento de dados e informações para elaboração da "História da CAPES", buscando resgatar sua trajetória e nela os seus objetivos, seus programas, sua estrutura, seus personagens, sua política e seu desempenho.
- . Levantamento e Análise dos programas e recomendações identificados e formulados pelos consultores ao longo do processo de avaliação, segundo as diversas áreas do conhecimento.
- . Conclusão do relatório final do trabalho da "Pós-Graduação na América Latina: o caso brasileiro", realizado em cooperação com CRESALC/UNESCO e impressão final do livro resultante do trabalho.
- . Revisão crítica dos dados estatísticos referentes à "Situação da Pós-Graduação Brasileira", bem como das formas de apresentação dos dados.

- Revisão do cadastro de dissertações/teses referentes ao período 1983/1985, com vistas à edição do Catálogo de Teses e Pós-Graduação Brasileira.
- Encaminhamento de providência necessária para realizar a microfilmagem de documentos dos arquivos do projeto "Memória da Pós-Graduação".
- Atendimento a numerosos pedidos de informações e dados sobre o sistema de pós-graduação, no Brasil e no exterior, por parte de indivíduos e de instituições ou organizações interessadas seja na realização de cursos, seja na elaboração de estudos sobre a pós-graduação segundo diferentes subáreas ou especialidades.

b) Programas de Acompanhamento

- Realização de 126 visitas de acompanhamento aos programas de pós-graduação, com despesas da ordem de Cz\$ 302.000,00 em passagens e Cz\$ 177.000,00 em pagamento de diárias.
- Encaminhamento de 76 visitas de verificação a cursos de pós-graduação, para efeitos de obtenção de pareceres destinados a fundamentar o processo de (re) credenciamento dos mesmos junto ao Conselho Federal de Educação, conforme acordo em vigor entre CFE/CAPES. Estima-se a despesa realizada, custeada pelas instituições universitárias, em cerca de Cz\$ 775.000,00.
- Acompanhamento da tramitação de 53 processos de criação de novos cursos de pós-graduação, envolvendo 43 cursos de mestrado e 17 de doutorado. Cabe destacar que 27 desses processos deram entrada no ano de 1986, sendo recomendados 10 cursos de mestrado e 3 de doutorado.

c) Programa de Avaliação

- Preparação dos dados e realização de providências administrativas para a realização das Reuniões de Avaliação dos cursos de pós-graduação. No ano de 1986 foram avaliados 400 cursos de mestrado e 169 cursos de doutorado, envolvendo as áreas de Profissões Agroindustriais, Profissões da Saúde, Ciências Biológicas, Informática, Filosofia, Teologia, Psicologia, Geografia, Economia e Demografia, Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo. O Processo de avaliação dos programas mencionados se estendeu ao longo de 7 semanas de atividades, coordenado por 11 presidentes de comissão de avaliação e tendo envolvido 98 consultores acadêmicos.
- A análise de pedidos de reavaliação de cursos de pós-graduação, referentes aos resultados da avaliação feita do período 1983/1984. Ao todo foram 30 solicitações, analisadas pelos consultores com base em material a eles enviados por via postal, sem ônus de novos deslocamentos.
- Realização de reuniões de coordenadores de cursos de pós-graduação, com o objetivo de conhecer e discutir os programas da CAPES - em especial a sistemática de acompanhamento e avaliação - bem como para permitir intercâmbio de idéias e favorecer o debate das questões da pós-graduação entre os coordenadores, com base em suas experiências na função e área. Foram realizadas reuniões abrangendo as seguintes subáreas: Astronomia, Química, Farmácia, Psicologia, Economia, Educação, Direito, Administração, Informática. As despesas de tais reuniões correram à expensas das próprias universidades.

7.3. BOLSAS NO EXTERIOR

a) ATIVIDADES REALIZADAS E DISPÊNDIOS

- . reunião de análise pela Consultoria Científica da CAPES de 1350 pedidos de bolsa no exterior (março/abril 86)
- . acompanhamento e manutenção de cerca de 900 bolsistas/mês no exterior.

Concessões de bolsas novas no período: 438

Renovações de bolsas no período: 538

DESPESAS

manutenção no exterior: US\$ 10.162.480

passagens aéreas: Cz\$ 18.809.562,27

- . programa de auxílio-passagens e congresso:

Auxílio-passagens: 126 concessões

Congresso: 181 concessões

Despesas no período: Cz\$ 9.975.373,41

- . programa de professores visitantes norte-americanos nos CAPES/FULBRIGHT;

Realizações: 18 professores

Despesas: Cz\$ 609.672,00

- . programa de professores - franceses (COFECUB) no Brasil.

Realizações: 54 professores

Despesas: Cz\$ 892.319,00

b) AVALIAÇÃO

Repasse parcelado do orçamento e dólares. O primeiro repasse foi insuficiente e chegou com muito atraso, ocasionando dificuldades para os bolsistas no exterior.

7.4. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

a) PROGRAMA "ESTUDANTES CONVÊNIO" - GRADUAÇÃO

META: Oferta de 609 vagas para estudantes da América Latina e 87 para a África.

AVALIAÇÃO: Em função da pressão da demanda foram preenchidas 799 vagas para a América Latina e 106 para países Africanos superando já no primeiro semestre a meta anual.

b) PROGRAMA "ESTUDANTES CONVÊNIO" - PÓS-GRADUAÇÃO

META: Oferta de 300 vagas para países da América Latina e África.

AVALIAÇÃO: Foram preenchidas 70 vagas.

c) PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

META: Desenvolvimento de 74 projetos de cooperação internacional, sendo 47 entre universidades brasileiras e francesas dentro do Acordo CAPES/COFECUB e 37 dentro do sistema internacional de cooperação técnica.

AVALIAÇÃO: Não há dificuldades no desenvolvimento desses projetos. Destaca-se o efetivo trabalho que tem sido feito pela Secretaria de Assuntos Internacionais do MEC no processo de negociação e desenvolvimento dos projetos de cooperação internacional.

d) CUSTOS

O custo dos projetos da Cooperação Técnica ou Científica são difíceis de serem computados.

Os de cooperação técnica, parte brasileira, são de orçamento da SUBIN e o custo do projeto para a CAPES/CCI é o custo de avaliação e acompanhamento e da análise do projeto. No primeiro caso depende da origem do professor e localização da IES a ser visitada.

No caso dos Acordos CAPES/DAAD o custo da participação da CAPES é dividido entre a CBE - no caso de bolsas e passagem - e CEF - no caso de pagamento de professores visitantes.

Os custos do projeto CAPES/COFECUB são distribuídos entre:

- . passagem de ida e volta dos bolsistas;
- . passagem do pesquisador brasileiro;
- . estada do pesquisador francês em missão ao Brasil.

e) AVALIAÇÃO GERAL

As dificuldades para executar as propostas da CAPES/CCI decorrem das restrições naturais de recursos, de falta de pessoal para os objetivos propostos, a ausência de informações nos órgãos de fomento e o tempo de resposta do parceiro de cooperação.

Internamente constata-se a dificuldade na obtenção de dados/informações necessárias à elaboração de trabalho.

7.5. PROGRAMAS ESPECIAIS - ACORDO CAPES/KELLOGG

a) PROGRAMA DE "APOIO PEDAGÓGICO AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE" PAPPS

Em 1983, o Ministério da Educação, através da CAPES, e a Fundação W.K.Kellogg, firmaram um Acordo com vistas à execução do Programa de Apoio Pedagógico aos Profissionais da Saúde - PAPPS. Esse Acordo teve a duração de 3 anos e recebeu apoio de todas as Associações de Ensino da Área da Saúde (Medicina, Enfermagem, Odontologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional).

A idéia básica do Programa foi criar uma rede de Centros Regionais (localizados em diferentes regiões do país) que deveria atuar como focos irradiadores de suas experiências entre as instituições de Ensino e Serviço, localizadas em suas áreas de influência.

Os centros deveriam procurar formas adequadas de integração docente-assistencial e uma nova sistemática de preparação de alunos e estratégias de treinamento de professores da área de saúde, de maneira a possibilitar maior eficiência e eficácia do processo ensino-aprendizagem e dos serviços de saúde.

Para operacionalizar a ação do PAPPS foram criados, em março de 1983, sete Centros Regionais, implantados nas Universidades Federais do Rio Grande do Sul, Ceará, Rio de Janeiro, Pernambuco e Pará, na Universidade Estadual de Campinas e na Fundação Universidade Estadual de Londrina.

Devido a grande aceitação do Programa, à impossibilidade dos sete Centros envolverem em suas atividades todas as instituições localizadas em sua área abrangência geográfica e às inúmeras solicitações de ins

tituições de ensino desejosas de se integrarem, de forma efetiva no Programa, foram criados, em fins de 1984, outros três Centros Regionais nos Estados de Minas Gerais, Maranhão e Mato Grosso do Sul.

Com a finalidade de apoiar os diversos Centros Regionais no desenvolvimento de suas atividades, a Coordenação Geral do PAPPS (a cargo da CAPES) ofereceu uma série de serviços como promoção de Reuniões, Consultorias, Assessoria para seleção e instalação de equipamento de tecnologia instrucional, tradução dos módulos TIPS (Teaching Improvement Project System for Health Care Educators), da Universidade de Kentucky, e edição do INFORME PAPPS.

O Acordo CAPES/KELLOGG terminou, oficialmente, no dia 28 de fevereiro de 1986. Contudo, os convênios firmados com os Centros Regionais, sob a coordenação geral da CAPES, vigoram até maio deste ano.

Embora os Centros Regionais, de uma maneira geral, tenham obtido sucesso e o Programa como um todo tenha conseguido credibilidade nacional, constatou-se que a idéia de cobertura regional (atuação de cada Centro em diversos Estados) não ocorreu de forma efetiva devido à extensão territorial do País.

Nessas condições e dado o grande interesse das instituições de ensino e de serviço dos Estados que não estão obtendo uma cobertura eficiente dos centros localizados em sua área de abrangência, a CAPES decidiu propor à Fundação W.K.Kellogg um novo Acordo que possibilite a continuidade dos dez Centros já criados e a implementação de outros cinco, todos com cobertura estadual.

b) AÇÕES REALIZADAS COM O APOIO DA COORDENAÇÃO GERAL DO PAPPS DE MARÇO DE 1986 A MARÇO DE 1987

No período de março de 1986 à fevereiro de 1987, as atividades da Coordenação Geral do PAPPS concentraram-se na negociação do novo Acordo com a Fundação W. K. Kellogg. Uma nova proposta PAPS(*) foi elaborada pela coordenação geral do PAPPS e discutida com representantes de todos os Centros Regionais do Programa bem como com a Direção Geral da CAPES e com o Diretor Associado da Fundação W.K.Kellogg.

Os subsídios obtidos nessas reuniões vieram enriquecer e ampliar a proposta inicial. Nesta nova proposta o PAPS pretende trabalhar de forma articulada com o Ministério da Saúde, através da Escola Nacional de Saúde Pública. Quinze Centros serão apoiados, todos eles com cobertura estadual. Esta proposta já foi encaminhada à Fundação Kellogg. A CAPES está ultimando os entendimentos com a mesma para dar prosseguimento às atividades do Programa, no que se refere a manutenção dos dez Centros Regionais existentes (agora com abrangência estadual) e à criação dos outros cinco.

Enquanto aguarda a aprovação oficial da proposta encaminhada à Kellogg, a Coordenação Geral do PAPPS tem feito contatos com as equipes envolvidas nos Centros já existentes, bem como com profissionais da Saúde

(*) Preferiu-se manter o nome e a sigla do novo Programa parecidos com o da anterior (retirou-se apenas a palavra "Pedagógico" do título) porque o mesmo tornou-se muito conhecido e adquiriu prestígio entre as instituições de ensino e de serviço da área da Saúde.

atuando nas Universidades e no serviço dos cinco Estados onde se prevê a criação de novos Centros, para informar-lhes da filosofia que deverá nortear a elaboração das propostas que apresentarão à CAPES/KELLOGG.

Paralelamente à negociação do novo Acordo, a Coordenação Geral do PAPPS estimulou e/ou apoiou a realização das atividades mencionadas a seguir:

- . A Coordenação Geral do PAPPS e representantes dos Centros Regionais do Programa estiveram participando do I Encontro Nacional de Rede de Projetos IDA/Brasil, realizado em Ouro Preto, de 18 a 22 de abril.
- . Dois representantes do PAPPS/UFRGS ministraram dois cursos de Capacitação Pedagógica para Profissionais da Área de Saúde na Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACAFE, em Santa Catarina, no mês de abril. Em agosto, esses representantes do PAPPS/UFRGS estiveram em Itajaí, ministrando curso de Metodologia do Ensino Superior para professores da área de Saúde.
- . Duas consultoras do PAPPS ministraram cursos de Metodologia do Ensino para trinta professores da Faculdade de Medicina de Marília, no mês de julho, e para quarenta professores da área da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em agosto.
- . Três professores da Universidade Estadual de Campinas ministraram Curso sobre Planejamento e Gerenciamento de Unidades de Saúde para membros da equipe PAPPS/Universidade Federal do Maranhão, em São Luis, no mês de outubro.

- . A convite da Secretaria de Educação Superior do MEC, a Coordenação Geral do PAPPS participou de uma Reunião realizada em Brasília, dia 15 de agosto, para definir linhas de cooperação técnica e financeira entre os programas nacionais da Saúde, projetos regionais e OPAS/OMS e plano de ação da Comissão de Especialistas de Ensino de Enfermagem.
- . Em setembro, três professores do PAPPS/UFRGS estiveram na UFMG observando o funcionamento do internato rural dessa Universidade.
- . No mês de outubro, um professor do PAPPS/UFMA participou, em Brasília, da I Conferência Nacional da Saúde Bucal.
- . A CAPES concedeu onze bolsas de Estudos para representantes dos diversos Centros do PAPPS frequentarem o Curso de Especialização em Educação na Área da Saúde, de 460 horas de duração, ministrados em horário integral, no Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, da UFRJ.
- . Nove representantes dos Centros Regionais PAPPS e um Consultor do Programa participaram de um "Seminário de Intercâmbio de Experiências Inovadoras em Ensino de Saúde", realizado nas Universidades Estaduais de Ohio, Michigan e Pennsylvania, nos Estados Unidos, no período de 13 de julho a 01 de agosto de 1986, sob o patrocínio da CAPES, através do PAPPS, do "Partners of the Americas" e da "Agency for International Development" - USAID.

A realização desse Seminário gerou três reuniões na CAPES. A primeira para selecionar os candidatos; a segunda, para obter com os candidatos selecionados aspectos referentes ao Programa que seria desenvolvido nas Escolas a serem visitadas, e aspectos administrativos do Seminário, bem como a forma de apresentação do Relatório de Avaliação do evento. A terceira, teve a finalidade de avaliar o Seminário.

Na última reunião, foi sugerida a vinda ao Brasil de alguns especialistas americanos que provocaram maior impacto nos participantes do Seminário, para debaterem com as equipes PAPPS as experiências que estão desenvolvendo. Essa sugestão foi bem recebida por todos os participantes da reunião. Como resultado, o PAPPS, através da CAPES, os "Partners of the Americas" e a USAID patrocinaram a vinda ao Brasil de quatro especialistas em Currículo e em Avaliação, doutores Benjamin Meleca, da Universidade Estadual de Ohio, e Jack L. Maatsch, Robert Bridgham e Rebeca Henry, da Universidade Estadual de Michigan. Eles ministraram um curso sobre "Introdução a Inovações no Ensino Médico", no período de 9 a 13 de março de 1987, em Brasília, para cerca de quarenta profissionais, incluindo coordenadores de cursos de medicina de universidades brasileiras e os coordenadores dos Centros do PAPPS. Após o encerramento desse Curso, os Doutores Jack L. Maatsch e Rebeca Henry seguiram para São Luis, no Maranhão, e para Fortaleza, Ceará, para ministrarem Cursos nos Centros do PAPPS. Os Doutores Robert Bridgham e Benjamin Meleca foram ministrar Cursos nos Centros localizados em Belo Horizonte e em Porto Alegre.

Pará a realização das atividades de apoio aos Centros do PAPPS, a Coordenação Geral do Programa investiu um total de Cz\$ 181.576,70 (cento e oitenta e um mil, quinhentos e setenta e seus cruzados e setenta centavos) em 1986, conforme discriminação abaixo:

Prestação de serviços:	Cz\$ 158.844,86
Consultoria:	Cz\$ 21.865,80
Despesas bancárias:	Cz\$ 866,06
T O T A L	Cz\$ 181.576,70

c) SUBPROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA - SPEC/CAPEB/PADCT

A CAPEB E O SPEC

A CAPEB, através da Coordenadoria de Programas Especiais, vem executando, desde 1983, o Subprograma de Educação para a Ciência - SPEC, que está incorporado ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PADCT, com o objetivo básico de promover a melhoria do ensino de Ciências e Matemática, prioritariamente nas escolas de 1º grau.

Para atingir esse objetivo, o SPEC vem apoiando projetos de pesquisa de Ciências e de Educação Matemática; a criação ou a consolidação de grupos de estudo voltados para a formação ou o aperfeiçoamento de professores de 1º e 2º graus; a realização de feiras de ciências e de minicursos de ciências e de matemática; a implantação e/ou implementação de centros, clubes, museus vivos de ciências e outras atividades extra-escolares abertas ao público como encontros, seminários de estudos e olimpíadas.

Todas essas ações visam à disseminação e popularização das noções científicas básicas e contam com a participação da comunidade acadêmica, que procura integrar-se à comunidade escolar.

Um Grupo Técnico é responsável pela definição das diretrizes gerais e pelo planejamento global do Subprograma. Um Comitê Assessor avalia os projetos apresentados e recomenda o seu financiamento. Consultores "ad hoc" visitam e acompanham a execução dos projetos, que são periodicamente avaliados por um Comitê de Avaliação.

A partir dos contratos, os coordenadores passaram a trabalhar no ajustamento dos questionários e no desenvolvimento da seleção de áreas de identificação de especialistas.

Durante o primeiro semestre de 1986 foram realizadas as missões de consultores da CAPES ao Japão, Israel, Bélgica, Holanda e Suécia, conforme previsto no projeto. Os relatórios das missões estão sendo concluídos. A montagem de um sistema de informação sobre a pesquisa e a pós-graduação naqueles países foi concluída em novembro de 1986.

5.3. ESTUDOS

Durante o final de 1985 a CAPES iniciou o desenvolvimento de estudos para determinar as necessidades de Formação de Pessoal de Nível Superior para os próximos vinte anos. Um levantamento completo sobre a situação da pós-graduação foi continuado em 1986, no sentido de se obter recomendações da comunidade científica para subsidiar a elaboração do III Plano Nacional de Pós-Graduação e do Plano de Metas da CAPES para os próximos quatro anos. Propostas específicas para cada subárea do conhecimento foram submetidas à comunidade científica para orientar a ação da CAPES. Para isto, um estudo analítico dos dados da "Memória da Pós-Graduação" foi também iniciado em 1986. Este estudo envolveu a análise de quarenta indicadores que foram processados pela Coordenação de Acompanhamento e Avaliação da CAPES.

Um outro estudo, que certamente levará à reformulação do PET, Programa Especial de Treinamento, foi elaborado com base na pesquisa realizada pela Coordenadoria de Treinamento.

Uma proposta de criação de uma bolsa a título de incentivo à produção acadêmica foi estudada e proposta. Finalmente foi concluído no primeiro semestre de 1986 o Plano de Metas de Informática da CAPES, sob a coordenação da SEINF / MEC.

MODALIDADES DE AÇÕES

Atualmente o SPEC está financiando e oferecendo apoio técnico a 93 projetos, e recebeu, a 16 de fevereiro deste ano, 110 novas propostas de projetos, que serão avaliados, por sua qualidade, para obtenção de financiamento.

A apresentação dessas propostas foi regulada pelo Edital 01/86, publicado em novembro do mesmo ano e amplamente divulgado. O Edital explicita as modalidades de ações incentivadas pelo SPEC que serão relacionadas a seguir:

- . criação ou consolidação de grupos ou linhas de pesquisa em ensino de Ciências; implantação de experimentos-piloto;
- . criação ou consolidação de programas de formação de professores (pós-graduação, licenciatura e cursos de formação de magistério);
- . realização de cursos e programas de treinamento de professores em exercício;
- . realização de atividades extra-curriculares e extra-escolares;
- . concessão de bolsas individuais para qualificação no país e no exterior;

Até o presente momento, 10 projetos, que foram financiados pelo SPEC, já encerraram suas atividades.

Os 93 projetos em andamento se distribuem pelas várias regiões do país, abrangendo as diversas modalidades de ações financiadas pelo SPEC/PADCT. A modalidade com mais projetos é a de "Treinamento de Professores em Serviço" (37), aparecendo em seguida "Realização de Atividades Extra-Curriculares" (32), conforme aparece na tabela 1 do relatório "BEC/CAPES/PADCT/SUB - PROGRAMA EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA" (1).

TABELA 1 - Distribuição de frequência dos 93 projetos, desenvolvidos no SPEC/PADCT por regiões e modalidades de financiamento.

MODALIDADES	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
Linhas de pesquisa em Ensino de Ciências	-	4	-	5	5	14
Formação de professores	2	-	-	4	4	10
Treinamento de professores em serviço	1	6	4	16	10	37
Atividades extra-curriculares e extra-escolares	1	3	-	15	13	32
T O T A L	4	13	4	40	32	93

(1) Cf. FURTADO, André Freire et al. Ensino de Ciência e Matemática no Brasil nos Projetos do SPEC/PADCT: tendências e Perspectivas. MEC/CAPES/PADCT, dez. 1986 - pág. 17.

Os gastos com o "Subprograma Educação para a Ciência" no segundo semestre de 1986, podem ser discriminados, conforme Tabela abaixo.

TABELA 2 - Gastos do SPEC no 2º semestre - 1986, em comparação com o 1º semestre de 1986.

ELEMENTOS DE DESPESAS	Valor Cz\$	
	1º Semestre	2º Semestre
Consultorias/Diárias	65.940,95	504.668,00
Passagens	102.003,95	349.095,80
Convênios para execução dos projetos	8.598.890,47	18.788.383,00
SUB-TOTAL	8.766.835,37	19.642.146,80
TOTAL GERAL	28.408.982,17	

REALIZAÇÕES DURANTE O 2º SEMESTRE DE 1986

No período de julho a dezembro de 1986, tanto o Grupo Técnico (GT) como o Comitê Assessor (CA) reuniram-se uma vez.

O Comitê Assessor sugeriu a elaboração de um relatório técnico por um grupo de trabalho, tendo oito assessores se comprometido, voluntariamente, a colaborar. O relatório ficou concluído em dezembro de 1986, sendo enviado a todos os membros do GT, ao Grupo Especial de Avaliação (GEA) e a todos os Coordenadores de Projetos. Aprovado, muito elogiado e solicitado pela comunidade científica, por seu conteúdo e forma, esse relatório será publicado, em forma de encarte, no próximo número do INFORME DO SPEC.

ENCONTROS CIENTÍFICOS

Com o objetivo de articular as equipes técnicas, que desenvolvem projetos afins, tanto para trocar experiências como para evitar a duplicação de esforços, o SPEC apoiou e colaborou no planejamento e organização de dois Encontros Nacionais. No primeiro foi coordenado pela equipe do Centro Interdisciplinar de Ciências (CIS) IBECC/USP - São Paulo, nos dias 4, 5 e 6 de novembro de 1986, cujo tema foi: "Produção de Material Institucional". O segundo foi coordenado pela Coordenadoria de Ensino de Ciências do Nordeste (CECINE), UFPe - Recife, nos dias 11, 12 e 13 de novembro de 1986, versando sobre: "Preparação de Professores".

O SPEC apoiou, também, o I Encontro Norte-Nordeste de Ensino de Ciências e Matemática, coordenado pelo Centro de Ciências Exatas e Naturais, UFPa - Belém, nos dias 18 a 21 de novembro de 1986; e o I Encontro de Educação Matemática - (FENEM), realizado na PUC/SP, em fevereiro de 1987, com mais de mil participantes, tendo mais de 700 professores-pesquisadores insstitutos.

FEIRAS DE CIÊNCIAS

Duas grandes feiras de Ciências e um Simpósio foram financiados pelo Subprograma, tendo todos eles de dois a mais de três mil participantes:

Feiras de Ciências de Mafra e Região, realizada em outubro de 1986, pela Fundação Educacional do Norte Catarinense - FUNORTE - e Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina;

III Feira Nacional de Ciências e IX Feira Estadual de Ciências, realizada em novembro de 1986, na cidade de Santa Rosa, RS.

Foi realizado em Santa Cruz do Sul, o IV Simpósio Sulbrasil - leiro de Ciências, com mais de três mil e quinhentos participantes, julho/agosto de 1986.

PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÃO

Seis periódicos estão sendo financiados pelo Subprograma:

- . Revista do Professor de Matemática - editada pela Sociedade Brasileira de Matemática (SBM) - USP/SP, publicação semestral, com tiragem de 20.000 exemplares por edição.
- . Boletim do GEPEM do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática, R.J., publicação semestral, com tiragem de 2.000 exemplares.
- . Revista de Ensino de Física, da Sociedade Brasileira de Física (SBF) - USP/SP, publicação trimestral, com tiragem de 3.000 exemplares.

- Revista de Ensino de Ciências, da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências (FUNBEC), para escolas do 1º grau, publicação trimestral com tiragem de 146.000 exemplares.
- Natureza em Revista, da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul - FZRS, publicação semestral, com tiragem de 10.000 exemplares.
- Caderno Catarinense de Ensino de Física - UFSC, Departamento de Física, para professores de 2º grau, publicação quadrimestral, com tiragem de 2.500 exemplares.

Visando uma divulgação mais ampla de informações para o ensino de ciências, o SPEC vem apoiando a implementação do Núcleo de Documentação sobre a Formação Científica, sob a Coordenação do IBECC/SP. Esse Núcleo objetiva enviar, principalmente aos professores de 1º e 2º graus, catálogos contendo resenhas de trabalhos de autores nacionais e estrangeiros que possam contribuir para o ensino de Ciências e de Matemática. Os professores interessados poderão obter cópias dos trabalhos resenhados sem outras despesas.

Interrelacionando a veiculação de materiais instrucionais às redes nacionais de televisão, o SPEC apoia o projeto Vídeo Ciência, que prevê a construção de um conjunto de quatro séries de vídeo, com duração de quarenta e cinco minutos, cada, aproximadamente.

TREINAMENTO DE PROFESSORES

No que se refere a treinamento de professores em serviço, dentre os trinta e sete projetos, há experiências bastante inovadoras sendo apoiadas. Uma das mais interessantes é o treina-mento feito através da estratégia de ensino à distância, projecto executado no Instituto de Física da USP-SP em convênio com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Projetos de pesquisa, como o Coordenado por um grupo de professores da Universidade de Brasília (UnB) - Novo Currículo de Matemática de 1ª a 8ª série - têm demonstrado o seu efeito multiplicador, dando Minicursos a convite de Secretarias de Educação, de todas as regiões do país. Igualmente, em âmbito estadual, o projeto Laboratório de Ciências e Matemática, envolvendo o Museu Goeldi, a Universidade Federal do Pará e a Secretaria de Educação do Estado do Pará, tem ministrado Minicursos no interior desse Estado. Tanto o Projeto da UnB, como o da UFPA têm oferecido subsídio para mudanças no Currículo do 1º grau, pelas respectivas Secretarias de Educação.

ATIVIDADES EXTRA-CURRICULARES

Na realização de atividades extra-curriculares destacam-se os Centros de Ciências e Museus. O Centro Interdisciplinar de Ciências (CIC - IBICC e Instituto de Física da USP), constitui, hoje, um sistema de difusão que se expande em cidades do Estado de São Paulo e em outros estados do país. Os CICs mantêm, permanentemente, uma exposição de ciências onde, além da simples observação, o aluno e a comunidade podem assistir às demonstrações, construir equipamentos e realizar experimentos. Instituições com programas destinados aos "Meninos de Rua" têm procurado o CIC de São Paulo para receberem orientação, visando à elaboração de propostas de projetos de Centros de Ciências.

Museus, como Espaço Ciência Viva da PUC/RJ, têm como princípio a "desmistificação da ciência" e como objetivo a divulgação científica, através de metodologia concreta e participativa.

São dignos de menção o Centro de Ciências de Campinas, da UNICAMP e Academia de Ciências do Estado de São Paulo, que deverá funcionar como museu dinâmico e planetário, com oficinas e laboratórios; e o Centro Interdisciplinar de Ciências da Fundação Universidade Estadual de Maringá - FUEM, que além de produzir recursos didáticos (Kits) cultiva, também, um pomar para o ensino de ciências.

Olimpíada de Matemática foi outro evento apoiado pelo SPEC, cabendo mencionar que foi um jovem brasileiro que ganhou, pela primeira vez em nossa história, a Olimpíada Internacional de Matemática, realizada em Varsóvia, o ano passado.

BOLSAS NO EXTERIOR

No final de 1986 havia doze professores-pesquisadores com bolsas no exterior, sendo nove fazendo doutorado em Ensino de Ciências ou de Matemática, um fazendo especialização e doutorado. Os locais escolhidos pelos bolsistas foram os Estados Unidos e países da Europa. Espera-se que no final de 6 anos o Brasil tenha uma massa crítica bastante substancial para cursar mudanças mais duradouras e eficazes em nosso ensino de 1º e 2º graus.

CONCLUSÃO

Embora haja um grande número de Secretarias Estaduais (Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Pará, Amazonas, Minas Gerais) e municipais envolvidas e recebendo apoio do SPEC, espera-se conseguir uma integração e participação maior das mesmas na continuidade do Subprograma. A Coordenação do SPEC tem promovido reuniões locais e apoiado Congressos, Seminários e outros eventos, objetivando uma divul-

gação maior das possibilidades de apoio. Entretanto, muito mais tem que ser feito neste sentido no ano de 1987.

O último Relatório do Banco Mundial (3) avaliando os diferentes subprogramas do PADCT, assim se expressou em relação ao Subprograma de Educação para a Ciência:

"A CAPES tem uma grande vantagem sobre as outras agências do PADCT. Através de várias mudanças de Ministros da Educação e de Secretários de Educação Superior, incluindo a vinda ao poder em 1985 de um novo governo democrático, tem existido um único, enormemente respeitado e extremamente eficiente, Diretor Geral da CAPES. Apesar de contar com a estabilidade de um diretor que tem uma liderança de alta qualidade, completamente envolvido e comprometido com o PADCT, com um experimento de implementação política e de mudança institucional com o propósito de estimular o desenvolvimento de C&T, a CAPES não ficou inteiramente liberada de lapsos administrativos internos com relação ao PADCT, especialmente no envolvimento de contratos de data base e controle das parcelas de despesas do sistema de administração e informação. Porém, tem garantido uma dedicação ao atingimento dos reais objetivos do Programa, especialmente em educação para a ciência, os quais são notáveis em qualquer contexto e sem comparação de uma forte e eficiente liderança, é o único e mais importante "ingrediente" do sucesso de desenho e implementação de programas que pode ser encontrada na história da CAPES".

(3) Cf. PADCT/World Bank Midterm Review Mission., January, 12 to 30 - 1987 - Report of Findings from Field Visites, pág. 21.

7.6. BOLSAS NO PAÍS

a) PROGRAMA DE "DEMANDA SOCIAL" (DS)

META: apoiar 659 programas de mestrado e 217 programas de doutorado;

AValiação: a meta física foi integralmente cumprida. Ressalta-se o esforço do governo na melhoria dos valores unitários das bolsas, o que certamente renderá os frutos esperados, apesar de ainda haver necessidade de aumento até atingir a uma proporção de 70% dos salários dos auxiliares (para mestrado) e assistentes (para doutorado);

b) PROGRAMA INSTITUCIONAL DE CAPACITAÇÃO DOCENTE (PICD)

META: apoiar 115 programas de capacitação institucional de docentes.

AValiação: a meta prevista foi integralmente cumprida.

c) PROGRAMA DE APOIO A TESES-CONVÊNIO COM A EMPRESA BRASILEIRA DE TRANSPORTES URBANOS - EBTU

META: é função da demanda.

AVALIAÇÃO: o programa foi reformulado de modo a atender as necessidades do setor em função das recomendações da Coordenadoria de Bolsas no País da CAPES.

d) PROJETO MEC/BID III

META: assistência técnica e administrativa dos programas de Formação de Recursos Humanos de 11 IES Federais.

AVALIAÇÃO: do ponto de vista da CAPES, o programa vem funcionando regularmente. Entretanto, tem havido enorme atraso do repasse de recursos do CEDATE para reembolso dos adiantamentos já realizados.

e) PROGRAMA "ESPECIAL DE TREINAMENTO" (PET)

META: apoiar 320 alunos de graduação, distribuídos em 21 grupos de 15 IES.

AVALIAÇÃO: a meta física estabelecida está sendo integralmente cumprida.

f) RESUMO DAS METAS FÍSICAS

BOLSAS DE ESTUDO *

Programas \ Nível nº	PET	Tut.	Esp.	Mest.	Dout.	P.Dout.	Total
Demanda Social	-	-	13	4.433	791	-	5.237
PICD	-	-	137	1.862	1.359	50	3.408
Programa de Apoio a teses:							
. EBTU	-	-	-	04	-	-	04
. SEMA	-	-	-	01	-	-	01
MEC/BID III	-	90	30	-	-	-	120
PET	320	-	-	-	-	-	320
T O T A L	320	90	180	6.300	2.150	50	9.090

Apoio a Eventos / Cursos - MEC/BID III *

Cursos de Especialização	92
Cursos de Treinamento	525
Congressos, Seminários e Eventos	40

g) DISPÊNDIOS *

	Previsto	Realizado
a) Demanda Social	193.282.362	193.282.362
b) PICD	156.310.800	156.310.800
c) Apoio a teses	174.000	174.000
d) MEC/BID III (FAS)**	sem informação	sem informação
e) PET	3.532.800	3.532.800
T O T A L	353.299.962	353.299.962

* Dados preliminares

** Fonte: CEDATE

h) AVALIAÇÃO

DE ORDEM GERAL

- . o baixo valor das bolsas é um dos fatores responsáveis pela alteração do funcionamento dos programas de pós-graduação e tem também dificultado a saída de docentes para realizar treinamento. Desta forma a formação de recursos humanos tem sido prejudicada;
- . o número atual de bolsas não chega a atender a 15% do alunado matriculado nos programas de mestrado e doutorado no país, fazendo com que a taxa média de formação da base científica nacional fique aquém do nível mínimo necessário;
- . a pouca diversidade de tipos de bolsa tem dificultado a atuação da CAPES no aperfeiçoamento de recursos humanos no país. Torna-se necessária a criação de outros tipos de bolsa, de forma que se possa estimular o treinamento de curta duração, através de realizações de estágios, cursos de aperfeiçoamento e de atualização, bem como se possa ampliar nossa clientela - alvo para atendermos ao pessoal técnico das Universidades.

DE ORDEM ESPECÍFICA

- . poucos recursos financeiros são alocados à CAPES para que possa atuar de forma eficaz no aperfeiçoamento de recursos humanos;
- . o cronograma de desembolso não tem sido observado, causando perturbação no sistema de pós-graduação, pois os alunos dependem do recebimento das mensalidades da bolsa para sua manutenção e subsistência;

- o processo de planejamento orçamentário tem sido tumultuado, causando indefinições e incertezas. A fixação dos valores das bolsas tem sido feita mediante negociação tripartite MEC/MCT/SEPLAN. Este ano por exemplo, os valores de bolsas, cuja vigência é de março a fevereiro, foram fixados na 3ª semana de março. Isto teve repercussões no orçamento (necessidade de crédito suplementar), bem como no repasse de recursos financeiros às Instituições para efetivar o pagamento das bolsas referente ao mês de março;
- infraestrutura precária no tocante ao pessoal (necessidade de um número maior de técnicos e de pessoal de apoio), material de consumo e permanente. Deve ser ressaltado que o precário funcionamento do sistema de computação do MEC e da gráfica tem causado problemas sérios e constantes à CAPES no desempenho de suas funções.